

*Ata da 16ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do
Estado da Bahia,
em 15 de maio de 2015.*

Presidência do Senhor Deputado Bira Corôa, ad hoc. À hora marcada, o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão proposta pelo Deputado Bira Corôa com a finalidade de **comemorar o Dia da Diversidade LGBT**. A Mesa dos trabalhos foi composta pelos Srs.: Álvaro Gomes, Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; Anhamona de Brito, Superintendente de Direitos Humanos da Secretaria de Justiça, representante do Governo do Estado; Jaime Pinto Neto, Tenente-Coronel, Coordenador da Secretaria de Segurança Pública; Luiz Lanzillote, Tenente-Coronel, representante do Comando da Polícia Militar; Ailton Ferreira, representante da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi); Elizete França, representante do Secretário de Educação Osvaldo Barreto; Ricardo Santana, representante do Fórum Baiano LGBT; Dione Santtyago, representante do Movimento Transformista; Marina Garlen, representante da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais e do Grupo Contra o Preconceito (GCP); Larissa Passos, Diretora da LGBT da UNE; Laís Paulo, Assistente Social do Centro de Promoção dos Direitos; Efferson Lima, representante da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre); e Amélia Maraúx, Vice-Presidente do Conselho dos Direitos LGBT. O Sr. Presidente solicitou que todos participassem de um minuto de “barulho”, argumentando que “foi com barulho, muita movimentação, com capacidade de organização, com enfrentamento, que partes dos processos discriminatórios têm sido quebrados no mundo inteiro”. Em seguida, o Hino Nacional foi executado pelo intérprete Dion Santtyago. O Deputado Bira Corôa falou sobre o “Maio da Diversidade”, que tem como tema “Zero Violência contra LGBT”, e elencou os problemas que afetam a comunidade LGBT, inclusive com casos de morte, citando alguns exemplos de crimes de ódio e intolerância. A propósito, salientou a necessidade desses crimes serem tipificados, reformulando a lógica de convivência entre os cidadãos e o poder público, de forma a assegurar a criação de uma cultura de valorização e preservação dos direitos e da dignidade humanos. Por fim, enfatizou que a opção sexual é um direito com previsão legal na Constituição do País e que deve ser respeitada integralmente. O Sr. Ailton Ferreira revelou que a temática LGBT sempre foi objeto de discussão pessoal em órgãos onde militou. Na Semur tentou incorporar a bandeira e as demandas dessa diversidade de gêneros, mas não conseguiu. Esclareceu as ações realizadas com objetivo de integrar a comunidade LGBT nos trabalhos desenvolvidos pelos organismos estatais, alertando de que o Estado não possui instrumentos oficiais para a oferta da cidadania plena aos gays e lésbicas da Bahia. Encerrou questionando a sociedade que “mata” os jovens e propõe a redução da

maioridade penal. O Sr. Ricardo Santana narrou os fatos que justificaram a criação do Grupo Gay da Bahia e enumerou os entraves encontrados para a criação do Fórum Baiano LGBT. Tratou das dificuldades encontradas pela opção sexual escolhida – é professor gay, tempo em que criticou a sociedade “heteronormativa e heterossexualista”. Finalizou cobrando respeito à condição sexual dos LGBTs, que têm direito a um mercado de trabalho digno, “porque somos sujeitos de direito”. A Sra. Marina Garlen solicitou atenção mais aprimorada dos órgãos governamentais no sentido de incluir os LGBTs na educação, cobrando a possibilidade do uso do nome social, inclusive nas chamadas escolares. Cobrou, também, a interferência do Governo junto às empresas para viabilizar a inclusão da comunidade no trabalho, sob a égide da competência profissional. Encerrou a fala informando que o segmento trans é o mais vulnerável dentro do universo LGBT. A Sra. Dion Santtyago confessou tristeza pela realidade LGBT, notadamente no cenário artístico. Cobrou atenção das autoridades governamentais, sobretudo na área da segurança pública, lamentando os assassinatos dos gays e lésbicas na Bahia, fruto da violência desmedida, e finalizou afirmando que o preconceito permeia, também, a classe LGBT. A Sra. Laís Paulo lamentou o fechamento do Centro de Promoção em Defesa dos Direitos LGBT que atendia os casos de agressões aos grupos LGBT. Alertou a importância do respeito às definições de gênero como forma impactante para vida social, cobrando a regulamentação do uso do nome social, inclusive por esta Casa que ainda não o implementou de fato. Encerrou dizendo que os militantes LGBTs são os mais vulneráveis no tecido social, lembrando que, na hipótese de falha da gestão da família, o Estado deve atuar, sobretudo, com a assinatura do termo de cooperação do Sistema Nacional LGBT, que garantirá a implementação de políticas públicas. A Sra. Larissa Passos lamentou a impossibilidade da implantação de políticas de afirmação LGBT em função da falta de apoio do Estado. Ponderou sobre a realidade da educação nos vários níveis, especialmente a educação básica, que conta com crianças que apresentam variação de gênero. O Sr. Lanzilloti sugeriu a criação de um foro específico de segurança pública, visando lidar com as questões de violência contra os LGBTs e finalizou parabenizando o evento. A Sra. Amélia Maraúx confirmou a disposição de lutar para a implementação de políticas públicas de cidadania para a população LGBT junto aos órgãos estatais, sobretudo nas áreas de emprego e renda. Destacou a importância da educação para a comunidade, bem como o papel do Conselho Estadual LGBT, e finalizou conclamando todos para o “caminho da luta por direito, por inclusão, por cidadania e contra a LGBT fobia”. O Sr. Jaime Pinto informou que na dimensão da Polícia Militar a segurança pública é praticada em duas esferas, uma de forma direta e outra transversal, nas quais as ocorrências são encaminhadas aos órgãos competentes para a efetiva resolução e, por este motivo, as queixas da comunidade LGBT devem ser prestadas. A Sra. Elizete França teceu considerações sobre a normativa do Conselho Estadual de Educação, que visa regulamentar a inclusão do nome social nas cadernetas e registro escolar e vem sendo adotada por entes educacionais na Bahia, “uma busca pela inserção das discussões das relações de gênero, bem

como das sexualidades, no currículo da educação básica”. O Secretário Álvaro Gomes, afirmando que é preciso combater a homofobia, o preconceito e a discriminação, considerou que o respeito recíproco é a forma de convivência entre as variações de gênero e sexualidade, com harmonia e paz. Discorreu sobre as atividades desenvolvidas pela Setre e as contribuições para a comunidade LGBT, colocando a Secretaria à disposição para aviar a possibilidade de apoio às ações afirmativas para aquele público. A Sra. Anhamona de Brito disse que é responsabilidade de todo agente público dar consecução aos compromissos assumidos pelo Governador Rui Costa, sobretudo em relação às minorias mais fragilizadas na convivência social. Confirmou que faz parte da elaboração de metas do Plano Plurianual, com o estabelecimento de objetivos de proteção e valorização da comunidade LGBT. Finalizou conclamando esforços para a reativação do Centro de Promoção em Defesa dos Direitos LGBT. O Sr. Presidente fez a entrega do troféu alusivo à data aos seguintes Srs. homenageados: Larissa Passos; Rafaela Souza; Dion Santtyago; Wesley Francisco e Altamira Simões. Na sequência, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO –